

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – DEGASE
CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

303 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TIPO A

Frase: **Ame profundamente e viva intensamente.**
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS

Língua Portuguesa

FÓSSEIS DESCOBERTOS NA CHINA PODEM REESCREVER A HISTÓRIA HUMANA; ENTENDA

Arqueologistas encontraram restos de homínídeos arcaicos que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Um conjunto de fósseis com características humanas encontrado na China tem intrigado cientistas há décadas, desafiando explicações ou categorizações.

Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de homínídeos arcaicos — nome formal para espécies da linhagem humana — que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

Ele e sua colega Wu Xiuji, professora sênior do Instituto de Paleontologia e Paleoantropologia de Vertebrados em Pequim, agora sugerem que pode ser hora de reconhecer formalmente um homínídeo antigo anteriormente desconhecido, e propuseram o reconhecimento oficial de uma nova espécie para a ciência. (IT)

A característica mais marcante deste ancestral humano anteriormente desconhecido? Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único homínídeo sobrevivente. A característica se reflete no nome proposto para a espécie, revelado por Bae e Wu em um artigo de novembro publicado na revista científica *Nature Communications: Homo juluensis*, uma referência a “ju lu”, que significa cabeça grande em chinês.

“Seus crânios são realmente muito, muito grandes, você sabe, a capacidade craniana estimada é de 1.700, 1.800 centímetros cúbicos”, disse Bae. “Temos uma capacidade mínima de cerca de 1.350 cc, em média, somos cerca de 1.450 cc. Não é uma ordem de magnitude maior, mas é muito mais robusto”.

A proposta está gerando controvérsia entre paleoantropólogos, e alguns cientistas discordam sobre se o novo agrupamento se eleva ao nível de uma nova espécie. Mas, se a análise de Bae e Wu estiver correta, esses fósseis podem conter a chave para resolver um dos maiores mistérios da evolução humana: um quebra-cabeça que começou com a descoberta de um osso de dedo mindinho na Caverna Denisova, nas Montanhas Altai, no sul da Sibéria.

A análise de DNA desse pequeno fóssil levou à descoberta em 2010 de que ele representava uma população humana antiga distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos. Muitas pessoas vivas hoje carregam traços do DNA denisovano, mas — como os fósseis desses ancestrais extintos ainda são poucos — os especialistas em origens humanas ainda não sabem exatamente como eles eram, onde viviam ou por que desapareceram.

Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis encontrados na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias de Shanxi e Hebei, no norte da China. Os espécimes representam 16 indivíduos que viveram entre 200 mil e 160 mil anos atrás.

Muitos desses fósseis haviam sido negligenciados porque, quando foram descobertos pela primeira vez nas décadas de 1970 e 1980, as crenças comuns sobre as origens humanas eram vastamente diferentes das teorias atuais.

Na época, muitos paleoantropólogos pensavam que as populações humanas atuais evoluíram regionalmente de homínídeos arcaicos como o *Homo erectus*, que deixou a África há cerca de 2 milhões de anos. Com efeito, esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, agora amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie de homínídeo que evoluiu ao longo do tempo para se tornar *Homo sapiens*.

Nesse cenário, os fósseis de Xujiayao e outros com características incomuns descobertos na China foram classificados como intermediários entre homínídeos mais primitivos, como o *Homo erectus*, e os mais modernos. O modelo científico multirregional, que sugeria raízes ancestrais distintas para o povo chinês, alinhava-se com sentimentos nacionalistas e já foi particularmente enraizado entre acadêmicos chineses (...).

“Os Denisovanos não têm um nome taxonômico formal intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie”, explicou McCrae. “Isso é bom por um lado porque dá tempo ao campo para descobrir mais evidências fósseis dos Denisovanos antes de nomear uma nova espécie, mas é ruim por outro lado porque deixa esses importantes fósseis ‘disponíveis’ para que pessoas atribuam prematuramente um nome taxonômico.”

Existe esperança entre alguns paleoantropólogos de que, quando os Denisovanos receberem um nome formal de espécie, “ele reflita o local tipo da Caverna Denisova e o agora ubíquo nome coloquial ‘Denisovanos’”, disse McCrae, admitindo que “não há garantia de que isso acontecerá.”

O período está repleto de homínídeos fósseis que morfologicamente são “um tanto confusos”, acrescentou ele. Alguns parecem distintos, mas alguns têm características Neandertais, e outros têm características do *Homo sapiens*, e muitos têm ambas, disse McCrae.

“Dividir prematuramente os fósseis em espécies poderia obscurecer a verdadeira história do que está acontecendo no mundo neste momento, e é, de uma perspectiva logística, muito difícil voltar atrás em uma decisão uma vez que os nomes das espécies são divulgados, independentemente de haver bom suporte para isso ou não”, disse ele.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/fosseis-descobertos-na-china-podem-reescrever-a-historia-humana-entenda/>.

Acesso em: 14 fev. 2025.

1. Fundamentado na leitura atenta do texto apresentado, pode-se inferir que:

- (A) Arqueólogos descobriram fósseis de homínidos contemporâneos na China, datados de 300 mil a 100 mil anos atrás, com cérebros maiores que os dos humanos modernos, o que indica, perante a comunidade científica, que tais seres compõem uma nova espécie.
- (B) Por ser considerada uma espécie extinta, não há nenhum outro vestígio dos “Denisovanos” no mundo atual além daqueles encontrados pelos pesquisadores.
- (C) A descoberta pode ajudar a desvendar mistérios sobre a evolução humana, como a relação com os Denisovanos, um grupo humano antigo conhecido por seu DNA encontrado na Sibéria, e com uma vastidão de fósseis identificados.
- (D) Os chineses tinham especial apreço pelo multirregionalismo, pelo fato de que essa teoria se alinhava com princípios patrióticos que compunham o arcabouço intelectual dos estudiosos, uma vez que essa teoria apresentava o povo chinês vindo de uma linhagem diferente.
- (E) A escassez de material comparativo dos “Denisovanos” é algo favorável tendo em vista que isso permite aos estudiosos escolherem com melhor nome taxonômico para esse novo tipo de homínido.

2. Mantém a concordância verbal a alternativa apresentada:

- (A) Cientistas propõem o reconhecimento formal de uma nova espécie de homínido, o *Homo Juluensis*, cujos fósseis se destacam por um cérebro surpreendentemente grande, ainda maior que o do *Homo sapiens*.
- (B) A proposta de uma nova espécie, *Homo Juluensis*, baseia-se na reanálise de fósseis chineses negligenciados, dentre o qual se inclui os de Xujiayao, que anteriormente foram interpretados dentro do modelo multirregional hoje rejeitado.
- (C) O mistério dos Denisovanos pode se relacionar em parte com o conjunto de fósseis que foram encontrados na China recentemente, mas ainda há muito trabalho a ser feito antes que sejam tomada qualquer decisão.
- (D) Arqueólogos encontraram na China fósseis de homínidos arcaicos com características humanas intrigantes, datadas entre 300 mil e 100 mil anos atrás, o qual desafia as categorizações científicas existentes.
- (E) A descoberta dos fósseis chineses reacenderam debates sobre a complexa história da evolução humana e a possível ligação com os misteriosos Denisovanos, o qual ainda não alcançaram a categoria de espécie.

3. É acentuada pelo mesmo motivo que “ubíquo” a seguinte palavra:

- (A) Cúbicos.
- (B) Fóssil.
- (C) Crânio.
- (D) África.
- (E) Evoluíram.

4. Entendendo a divisão silábica, também conhecida como separação silábica, como a ação de segmentar uma palavra em suas sílabas constituintes, pode-se identificar a opção que atende à definição como sendo:

- (A) Mul-ti-rre-gio-na-lis-mo, ar-cai-cos, e-vo-lu-iu.
- (B) In-de-pen-den-te-men-te, ob-scu-re-cer, te-o-ri-as.
- (C) Na-cio-na-lis-tas, ho-mi-ní-deos, teo-rias.
- (D) En-rai-za-dos, obs-cu-re-cer, ho-mi-ní-de-os.
- (E) Na-ci-o-na-lis-tas, en-ra-i-za-dos, dis-po-ní-veis.

5. A palavra “paleoantropólogos”, essencial para o contexto do texto sobre a descoberta de fósseis na China, é formada pela combinação de elementos morfológicos de origem grega. Sobre ela, é correto afirmar:

- (A) Deriva da junção de “paleo-” (pálido), “antropos” (caverna) e “-logos” (discurso), designando os especialistas que discursam sobre os fósseis encontrados em cavernas escuras.
- (B) Composta pelos radicais “paleo-” (pedra), “antropo-” (humano) e “-logos” (ciência), referindo-se aos cientistas que estudam a ciência dos humanos da idade da pedra.
- (C) Combina “paleo-” (velho), “antro-” (interior) e “-logos” (registro), descrevendo aqueles que realizam o registro do interior de fósseis muito velhos.
- (D) Combina os radicais “paleo-” (antigo), “antropo-” (homem/humano) e “-logos” (estudo/ciência), indicando os profissionais que se dedicam ao estudo científico dos seres humanos antigos e da sua evolução.
- (E) Vem do latim “paleo” (terra), “antropus” (gente) e “logos” (conhecimento), significando as pessoas que possuem conhecimento sobre a gente da terra antiga.

6. Assinale a alternativa que contém advérbio corretamente identificado.

- (A) “Ele representava uma população humana **antiga** distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos”.
- (B) “Esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, **agora** amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie”.
- (C) “Os Denisovanos não têm um nome taxonômico **formal** intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie”.
- (D) “Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis **encontrados** na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias”.
- (E) “Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único homínido **sobrevivente**”.

7. “Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.”

Considere o trecho extraído do texto, caso trocássemos o nome do professor Christopher Bae pelo da sua colega, “Wu Xiujie”. Identifique qual das seguintes opções apresenta a adaptação com a concordância nominal correta.

- (A) Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
- (B) Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
- (C) Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
- (D) Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
- (E) Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

8. Sabe-se que a sílaba tônica é aquela com alta intensidade na pronúncia e que há somente uma por palavra. Inerente a estes fundamentos, assinale a alternativa que indica a palavra e sua classificação junto a posição da sílaba tônica.

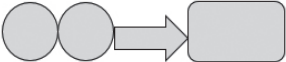
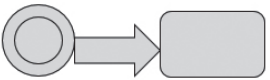
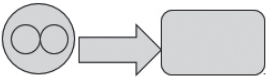
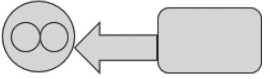

- (A) Magnitude, paroxítona.
- (B) Pequim, proparoxítona.
- (C) Extinto, oxítona.
- (D) Populações, paroxítona.
- (E) Incluem, oxítona.

9. “Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de homínídeos arcaicos”

O segmento acima destacado do texto pode ser representado pela seguinte estrutura acompanhando a ordem de símbolos:

- (A) $O=dN(pndn+pn)p(p(dn(pdn)))\rightarrow Q$
- (B) $O=dN(p(nnn+dn)d(p(dn(pdn)))\rightarrow Q$
- (C) $O=dNp(nnn+dn)d(n(n(d)))\rightarrow Q$
- (D) $O=dN(d(pndn+nn)n(p(dn(pdn)))\rightarrow Q$
- (E) $O=Np(pndn+dn)d(p(dn(pdn)))\rightarrow Q$

10. “Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.” Assinale a alternativa que indique corretamente como o período acima deve ser representado graficamente.

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

Raciocínio Lógico Matemático**RASCUNHO**

11. Em um jogo de tabuleiro, Alice e Theo começam com o mesmo número de peças. Na primeira rodada, Alice perde um terço de suas peças para Theo. Na segunda rodada, Theo perde metade de suas peças para Alice. Na terceira rodada, Alice perde três quartos de suas peças para Theo. Após essas três rodadas, Theo tem 150 peças. Determine quantas peças Alice tinha inicialmente.

- (A) 60.
- (B) 75.
- (C) 80.
- (D) 90.
- (E) 105.

12. Em uma corrida de revezamento, quatro atletas devem percorrer um percurso cada vez maior. O primeiro corre 100 metros, o segundo corre 150 metros, o terceiro corre 225 metros e o quarto corre 325 metros. Assinale quantos metros o sexto atleta deverá correr.

- (A) 450.
- (B) 475.
- (C) 525.
- (D) 575.
- (E) 600.

13. Um arquiteto está projetando telhados para duas casas de formatos semelhantes, mas em escalas diferentes. O telhado da casa menor tem uma área de 27 m^2 , e os comprimentos das vigas do telhado da casa maior são $\frac{5}{3}$ do tamanho das vigas da casa menor. Sabendo que os telhados têm o mesmo formato geométrico, calcule qual será a área do telhado da casa maior.

- (A) 45 m^2 .
- (B) 54 m^2 .
- (C) 75 m^2 .
- (D) 80 m^2 .
- (E) 90 m^2 .

14. Três costureiras, trabalhando 6 horas por dia durante 5 dias, conseguem produzir 90 peças de roupa. Se forem 5 costureiras, trabalhando 8 horas por dia durante 6 dias, calcule quantas peças de roupa elas conseguirão produzir, mantendo o mesmo ritmo de trabalho.

- (A) 120 peças.
- (B) 240 peças.
- (C) 260 peças.
- (D) 300 peças.
- (E) 360 peças.

15. Em uma escola, 42 alunos estudam inglês, 30 alunos estudam espanhol, e 15 alunos estudam ambos os idiomas. Sabendo que todos os alunos estudam pelo menos um dos dois idiomas, assinale quantos alunos há na escola.

- (A) 57.
- (B) 62.
- (C) 67.
- (D) 72.
- (E) 77.

RASCUNHO

Noções de Direitos Humanos

16. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A (III), em 10 de dezembro de 1948, foi um documento construído por vários países em resposta às violações de direito sofridas nas duas grandes guerras mundiais. Sendo considerada um marco na história dos direitos humanos, é correto afirmar que a DUDH dispõe como preceito fundamental que:

- (A) Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
- (B) Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido, sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas.
- (C) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- (D) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (E) A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita, unicamente, às limitações prescritas pela lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.

17. O art. 24 da Convenção sobre os direitos das crianças dispõe que os Estados Partes garantirão a plena aplicação dos direitos de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde, envidando esforços para adotar medidas apropriadas que:

- (A) assegurem às mães adequada assistência médica no pós-natal, que é o momento em que a criança chega ao mundo.
- (B) assegurem a prestação de assistência médica e cuidados sanitários necessários a todas as crianças, dando ênfase aos cuidados mais graves e custosos de saúde.
- (C) desenvolvam a assistência médica curativa, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
- (D) promovam e incentivem a cooperação entre os estados e municípios do país com vistas a lograr, progressivamente, a plena efetivação do direito reconhecido.
- (E) desenvolvam a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.

18. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais são documentos que discorrem sobre os direitos humanos de maneira universal, abrangendo todas as pessoas, independentemente de credo, gênero ou etnia. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- (A) serão equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) serão equivalentes à lei supraconstitucional, já que seu conteúdo eminentemente humanista interessa à defesa de todos os povos.
- (C) serão equivalentes à lei supralegal, se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) serão equivalentes à emenda constitucional, se aprovados, na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- (E) serão equivalentes à lei ordinária, ainda que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, porque são normas criadas fora do território brasileiro e por esse motivo não podem ter natureza de emenda constitucional.

19. Os direitos sociais são considerados direitos de segunda geração oriundos do processo de transição entre o Estado garantidor dos direitos fundamentais individuais para um modelo de Estado garantidor de direitos sociais coletivos. A Constituição Federal de 88, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o ECA abordam alguns direitos e deveres sobre a educação e o trabalho no país. Diante dessa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a oito anos de idade.
- (B) Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados, nem mesmo nos países em que determinados crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados.
- (C) O menor de 14 anos é proibido de exercer qualquer trabalho, salvo se o trabalho for exercido em empresa familiar.
- (D) A criança e o adolescente têm direito à educação e qualificação para o trabalho, mas não podem exercer trabalho com menos de 14 anos, salvo na condição de menor aprendiz.
- (E) É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, mas não podem interferir na definição das propostas educacionais, que são formuladas pelo MEC.

20. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe a observância do princípio constitucional da proteção integral das crianças e adolescentes com absoluta prioridade na garantia dos seus direitos. Segundo o ECA, é correto afirmar que os agentes públicos executores de medidas protetivas que usarem de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção dos menores estarão sujeitos à:

- (A) garantia de um tratamento de saúde especializado à vítima e psicológico a sua família.
- (B) obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, podendo a pena ser aplicada pelo Conselho Tutelar.
- (C) aplicação da pena de advertência em qualquer caso, independente da sua gravidade.
- (D) aplicação da pena de suspensão pelo seu chefe imediato, por período máximo de 30 dias.
- (E) aplicação da pena de demissão, considerando o princípio da proteção integral das crianças e adolescentes e a gravidade da situação.

Noções de Direito Penal

21. Marque a alternativa correta em relação aos crimes contra a Administração Pública.

- (A) O crime de furto consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
- (B) A condescendência criminosa é o ato de retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (C) A prevaricação é o ato de solicitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- (D) A corrupção ativa consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (E) O peculato consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

22. O art. 6º do Código Penal define o lugar do crime. A teoria aplicada é a:

- (A) da Ambivalência.
- (B) do Resultado.
- (C) da Atividade.
- (D) da Ubiquidade.
- (E) da Ultratividade.

23. No direito penal, é correto afirmar que:

- (A) os crimes formais são aqueles em que o legislador descreve uma conduta e um resultado, mas ele é prescindível para que haja crime consumado.
- (B) os crimes materiais são aqueles em que o legislador prevê uma conduta, mas não prevê um resultado.
- (C) crime próprio é aquele que pode ser praticado por qualquer pessoa, não se exigindo, portanto, uma qualidade especial do sujeito ativo.
- (D) o crime habitual é aquele que possui apenas uma conduta que se prolonga no tempo.
- (E) os crimes de mera conduta são aqueles em que o legislador descreve um resultado no tipo penal.

24. O crime de tortura é definido pela Lei nº 9.455/97 e pode-se afirmar que:

- (A) o crime de tortura é inafiançável, mas admite graça ou anistia.
- (B) não se admite crime de tortura em razão de discriminação racial ou religiosa.
- (C) se cometida por agente público aumenta-se a pena de um sexto até um terço.
- (D) o condenado cumprirá a pena no regime integralmente fechado.
- (E) o crime de tortura não admite tentativa.

25. O crime impossível definido no art. 17 do Código Penal ocorre quando:

- (A) o crime não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.
- (B) o crime não se consuma por absoluta impropriedade do objeto.
- (C) o crime se consuma, mas o agente é inimputável.
- (D) o agente atua amparado por causa excludente de ilicitude.
- (E) a ineficácia do meio escolhido pelo agente é relativa.

Noções de Direito Constitucional

26. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, elenca uma série de direitos e garantias fundamentais em seu Título II, além de diversos remédios constitucionais voltados à sua defesa ou concretização. Sobre o tema, é correto dizer que:

- (A) em razão do princípio da isonomia, as penas devem ser cumpridas em estabelecimentos homogêneos, independentemente da idade ou sexo do apenado.
- (B) o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso cautelarmente e que venha a ser posteriormente inocentado.
- (C) são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- (D) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político legalmente constituído.
- (E) em razão do princípio da publicidade, o habeas data é cabível ainda que não tenha havido recusa de informações pela autoridade administrativa.

27. O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz a disciplina base sobre a Administração Pública, prevendo regras e princípios para a organização administrativa e para o regime jurídico dos cargos públicos. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

- (A) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (B) excepcionalmente, a Constituição admite a equiparação salarial para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (C) a criação de autarquias na Administração Pública não depende de lei específica.
- (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, observada a remuneração deste.

28. Juvenal do Pneu, deputado estadual muito combativo, proferiu manifestação, fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, alegando que determinado Secretário Estadual estaria praticando atos contrários à moralidade administrativa. Em relação às imunidades parlamentares, considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

- (A) Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as manifestações foram proferidas fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado.
- (B) Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as imunidades dispostas para os parlamentares federais não se estendem aos parlamentares estaduais.
- (C) Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que a manifestação consubstancia, *ipso facto*, quebra de decoro parlamentar.
- (D) Juvenal está protegido pela imunidade material e pela imunidade formal.
- (E) Juvenal está protegido pela imunidade material, mas não terá direito à imunidade formal, uma vez que se trata de prerrogativa aplicável apenas aos parlamentares federais.

29. O artigo 84 da CRFB elenca uma série de atribuições do Presidente da República, muitas das quais são extensíveis ao Governador de Estado, Chefe do Poder Executivo no âmbito estadual. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

- (A) é possível a extinção de cargos por decreto do Chefe do Poder Executivo, ainda que tais cargos não estejam vagos.
- (B) a iniciativa do projeto de lei de diretrizes orçamentárias é privativa do Chefe do Poder Executivo.
- (C) o Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- (D) por sua importância, as competências que a Constituição elenca como privativas do Presidente da República são indelegáveis.
- (E) em virtude do princípio da separação de poderes, a Constituição da República não confere competências regulamentares ou normativas ao Chefe do Poder Executivo, uma vez que consistem em atribuições típicas do Poder Legislativo.

30. Em suas atividades práticas, o Departamento Geral de Ações Socioducativas – DEGASE acaba tendo uma necessária interlocução com diversos outros órgãos, a exemplo do Ministério Público e da Defensoria Pública. Nessa perspectiva, em relação às funções essenciais à justiça disciplinadas pela Constituição da República, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público dos Estados.
- (B) entre as garantias conferidas aos membros do Ministério Público está a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício.
- (C) excepcionalmente, admite-se a percepção de honorários pelos membros do Ministério Público.
- (D) a Defensoria Pública Estadual não é dotada de autonomia administrativa.
- (E) é vedado aos integrantes da Defensoria Pública o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Noções de Direito Administrativo

31. Um adolescente apreendido por força de ordem judicial estava sendo conduzido à presença da autoridade judiciária por uma equipe composta por quatro Agentes do DEGASE/RJ. O agente que dirigia a viatura conduzia a mesma de forma efetivamente imprudente, e, mesmo advertido pelos demais Agentes, continuou a dirigir de forma imprudente, o que acarretou grave acidente de trânsito, com abalroamento de vários veículos, implicando a morte do adolescente, ferimentos graves nos agentes e em terceiros, e, ainda, danos materiais a veículos, incluindo a perda total da viatura. Nesse contexto, em sede de Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilidade pela reparação dos danos cabe exclusivamente ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, em hipótese nenhuma, ser responsabilizado civil, penal e administrativamente, uma vez que era apenas um preposto do Estado.
- (B) a responsabilidade pela reparação do dano cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, responder pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta depois de transitado em julgado a decisão que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado; além de poder responder penal e administrativamente pelo fato.
- (C) a responsabilidade pela reparação do dano cabe exclusivamente ao Agente do DEGASE/RJ, uma vez que, ao dirigir de forma imprudente, assumiu a total responsabilidade pelas consequências de seu ato, podendo responder, assim, civil, penal e administrativamente pelo fato.
- (D) a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta pela Fazenda Pública, cabendo apenas responsabilização na esfera administrativa em relação ao referido Agente.
- (E) a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado na esfera civil pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva; mas não pode ser responsabilizado na esfera administrativa e na esfera criminal.

32. O servidor público tem uma série de deveres e de proibições a serem observados, cujo descumprimento constitui infração disciplinar, implicando a consequente responsabilização do mesmo, através do devido processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, são penas disciplinares previstas no Decreto-Lei nº 220/1975:

- (A) advertência; repreensão; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
- (B) advertência; repreensão; suspensão; multa; perda de bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
- (C) advertência; repreensão; suspensão; multa; prestação social alternativa; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
- (D) advertência; inelegibilidade; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
- (E) advertência; repreensão; suspensão; multa; indisponibilidade dos bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.

33. O Chefe de um Centro de Socioeducação do DEGASE/RJ, integrante das Unidades de Internação, no uso legal de suas atribuições, emitiu um Ato Administrativo que previa tratamento diferenciado, como recompensa, a dez (10) adolescentes internados que cumprissem determinados critérios postos no referido Ato, incluindo, por exemplo, bom comportamento. A avaliação e a escolha dos adolescentes seriam feitas pelo próprio Chefe do referido Centro de Socioeducação. Entre os benefícios previstos estariam: alojamento distinto dos demais internados, rouparia de cama e banho individualizada, fora do padrão da unidade, a possibilidade de usar roupas comuns e não o devido uniforme do Centro de Socioeducação, alimentação fornecida diretamente pelos parentes, além de visitas de familiares e amigos com maior frequência do que os demais adolescentes. A posteriori, descobriu-se que um dos adolescentes beneficiados pelo citado Ato Administrativo era sobrinho e afilhado do citado Chefe, motivo pelo qual esse teria emitido o referido Ato. Nessa situação hipotética, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrias, é possível afirmar que:

- (A) a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amolda a caso de abuso de poder, uma vez que, sendo o adolescente seu sobrinho e afilhado, não se poderia exigir outra conduta do referido chefe, não se vislumbrando, assim, pessoalidade na elaboração do ato administrativo, nem qualquer outro vício que maculasse o fazimento do mesmo.
- (B) a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso de autoridade, na espécie excesso de poder, uma vez que teria atuado fora de seus limites de competência, praticou atos que não estavam previamente previstos em lei, o que, ainda assim, não torna o Ato Administrativo anulável.
- (C) a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso do poder, na espécie desvio do poder, uma vez que, dentro de seus limites de competência, praticou ato de interesse particular, em benefício de terceiro, com efetivo desvio de finalidade, em clara violação ao princípio da impessoalidade.
- (D) a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria a caso de abuso de poder, mas, por ser ato discricionário, não poderia ser anulado, mas apenas revogado pelo próprio Chefe do Centro de Socioeducação, uma vez que não cabe análise de legalidade e legitimidade em atos administrativos discricionários.
- (E) a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amoldaria a caso de abuso de poder, motivo pelo qual o referido Ato Administrativo não poderia ser anulado pela própria Administração, ainda que eivado de vício, mas apenas revogado, após a devida apreciação, por determinação judicial.

34. O Diretor do DEGASE/RJ, em reunião com os Chefes dos Centros de Socioeducação, constatou que as visitas aos adolescentes internados não estavam sendo bem controladas, havendo, a título de exemplo, acesso de pessoas indevidas, sobretudo algumas que, apontadas como amigas, na verdade, conforme informação de inteligência, eram indivíduos vinculados a facções criminosas nas quais os internados participariam; excesso de dias de visitas semanais; acesso, a partir das referidas visitas, a objetos não permitidos no âmbito dos referidos Centros – como cigarros, drogas e celulares; fatos que implicam efetiva prejudicialidade aos interesses do adolescente. A partir dessa constatação, o Diretor do DEGASE/RJ, no uso de suas atribuições, nos limites da legislação aplicável, em razão do interesse público, a fim de restabelecer a ordem no âmbito dos Centros de Socioeducação no que tange à visitação, baixou uma portaria disciplinando a referida visita, regulando, de forma a garantir os direitos dos adolescentes internados, por exemplo, os dias de visitação – limitando, temporariamente, a uma (01) por semana, a limitação dos visitantes a familiares, responsáveis ou amigos previamente cadastrados, além da limitação de entrega de objetos aos internos, o que só se daria se fosse para o efetivo bem estar do adolescente, dentro da previsão legal. Nessa situação hipotética, o Diretor do DEGASE/RJ atuou com fulcro no:

- (A) Poder Hierárquico.
- (B) Poder Constituinte Derivado.
- (C) Poder Disciplinar.
- (D) Poder Judicial Derivado.
- (E) Poder de Polícia.

35. O Brasil, com a Constituição Federal de 1988, reestruturou-se como uma República, Democrática, de Direito, assumindo, ainda, a forma federativa, implicando uma organização político-administrativa composta por entes, entidades e órgãos, integrantes da administração direta ou indireta. Nesse sentido, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE/RJ) é:

- (A) um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro.
- (B) uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
- (C) um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- (D) um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
- (E) uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Noções de Direito Civil

36. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionado em 13 de julho de 1990 e é o principal instrumento normativo brasileiro sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou regras da Convenção de Direitos das Crianças das Nações Unidas. Além disso, o artigo 227 da Constituição Federal dispõe que “[é] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. A absoluta prioridade citada na norma constitucional, visa assegurar que as crianças e os adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade pelo governo e pela sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o princípio que estabelece que crianças e adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade.

- (A) Princípio do Interesse do Menor.
- (B) Princípio da Proteção Integral.
- (C) Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
- (D) Princípio da Prioridade Absoluta.
- (E) Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento.

37. A tutela e curatela são institutos jurídicos distintos, mas ambos visam proteger os interesses de indivíduos que, por algum motivo, não possuem capacidade plena de administrar a sua vida. Em 2021, José Paulo, na época, com 15 anos de idade e portador de doença cognitiva grave e incurável que o impedia de realizar as atividades do dia a dia, perdeu seus representantes legais. Por meio de uma ação judicial, sua avó foi nomeada como sua responsável. No entanto, ela veio a falecer quando ele completou 18 anos, atingindo a maioridade legal. Diante de seu falecimento, uma nova ação judicial foi ajuizada visando nomear um(a) novo(a) responsável para José Paulo em razão de sua doença cognitiva grave incapacitante. Com base no exposto, assinale a alternativa correta que apresenta os institutos jurídicos que visam proteger os interesses de indivíduos que não possuem capacidade de administrar a sua vida, aplicados na primeira e na segunda ação judicial.

- (A) Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da curatela.
- (B) Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da tutela.
- (C) Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da curatela.
- (D) Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da tutela.
- (E) Nenhum instituto jurídico foi aplicado pelo Poder Judiciário.

38. Ana Maria foi adotada aos 14 anos de idade pela senhora Laura. A família da Sra. Laura é composta por ela e por seu filho biológico Antônio, de 5 anos de idade. De acordo com o artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal, “[os] filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Considerando o tratamento dado pela Constituição Federal aos filhos biológicos e adotivos, em matéria de direitos sucessórios, bem como o fato de que a Sra. Laura não possui testamento nem outros familiares, indique qual será o quinhão da herança que Ana Maria e Antônio terão direito a receber, caso a mãe, Laura, venha a falecer.

- (A) Nada para Ana Maria e 100% para Antônio.
- (B) 10% para Ana Maria e 90% para Antônio.
- (C) 50% para Ana Maria e 50% para Antônio.
- (D) 90% para Ana Maria e 10% para Antônio.
- (E) 40% para Ana Maria e 60% para Antônio.

39. A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. De acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, “[a] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana”. Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve o conceito de dignidade da pessoa humana.

- (A) É apenas um princípio fundamental no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- (B) É apenas uma norma legal no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
- (C) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas crianças e adolescentes devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
- (D) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas os maiores de 18 anos devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
- (E) É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.

40. Os princípios do Direito de Família são os fundamentos para aplicação e interpretação das leis brasileiras dentro de nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa abaixo que traz um princípio que faz parte do conjunto de princípios do Direito de Família.

- (A) Princípio do *Pacta sunt servanda*.
- (B) Princípio da afetividade.
- (C) Princípio da supremacia da ordem pública.
- (D) Princípio da onerosidade excessiva.
- (E) Princípio da função social do contrato.

Leis Especiais

41. Com relação ao glossário constante do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se “Casa Lar” a modalidade de Acolhimento Institucional oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente – em uma casa de sua propriedade – prestando cuidados a um grupo de crianças e/ou adolescentes.
- (B) Considera-se “Família Acolhedora” a nomenclatura dada à família que participa de programas de famílias Acolhedoras, recebendo crianças e adolescentes sob sua guarda, de forma definitiva.
- (C) Considera-se “Reintegração Familiar” o retorno da criança e adolescente ao contexto da família de origem da qual se separou.
- (D) Considera-se “Adoção” a Medida judicial de colocação, em caráter temporário, de uma criança ou adolescente em outra família que não seja aquela onde nasceu, conferindo vínculo de filiação provisório.
- (E) REDINFA é a Rede Internacional de Informação sobre Infância, Adolescência e Família que está sendo implementada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

42. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, salvo:

- (A) advertência.
- (B) obrigação de reparar o dano.
- (C) prestação de serviços à comunidade.
- (D) prisão, dependendo da gravidade do fato.
- (E) internação em estabelecimento educacional.

43. De acordo com o Código de Ética e Condutas do DEGASE, não constituem condutas e deveres a serem observados pelo servidor socioeducativo:

- (A) realizar seu trabalho com lealdade à instituição, compartilhando os conhecimentos e informações necessárias para o exercício das atividades próprias do Departamento Geral de Ações Socioeducativas.
- (B) emitir opiniões ou adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, gênero, orientação sexual, cor, idade, credo, deficiências e quaisquer outras formas de discriminação que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais servidores, inclusive àquelas relacionadas a valores religiosos, culturais ou políticos.
- (C) desempenhar, com tempestividade e profissionalismo, as atribuições que lhe forem cometidas, primando por zelo, prudência, honestidade e qualidade, não se eximindo de qualquer responsabilidade daí resultante.
- (D) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- (E) preservar o espírito de urbanidade, imparcialidade e cooperação no convívio funcional, de forma que preconceitos ou discriminações não venham a influir na objetividade e na exatidão de seu trabalho, proporcionando um ambiente ético, saudável e seguro.

44. É transgressão do Código de Ética do DEGASE:

- (A) cometer e/ou se envolver em assédio moral vertical, horizontal ou ascendente; qualquer outra forma de assédio como a de gênero, racial, orientação sexual, religião, diversidade funcional, aparência, origem étnica e ideológica; ou qualquer outra pressão psicológica que venha a influenciar indevidamente a atuação do servidor.
- (B) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa na lei.
- (C) agir de forma imparcial e cordial nos procedimentos correccionais ou em atividades conjuntas com outros órgãos públicos resguardando o sigilo das informações.
- (D) comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.
- (E) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos estaduais.

45. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de determinadas diretrizes, salvo:

- (A) desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo o seu potencial.
- (B) imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.
- (C) imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua.
- (D) preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena.
- (E) imbuir na criança o desrespeito ao meio ambiente.

46. É correto afirmar, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

- (A) Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá promover o arquivamento dos autos.
- (B) Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar transação penal.
- (C) Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar pena restritiva de direitos.
- (D) Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar o *sursis*.
- (E) Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá suspender condicionalmente o processo.

47. A análise dos pedidos encaminhados à Central de Vagas levará em consideração os seguintes critérios, exceto:

- (A) Disponibilidade da vaga.
- (B) Local do ato infracional e a proximidade familiar.
- (C) Gravidade do ato infracional.
- (D) Reiteração do ato infracional.
- (E) Disponibilidade de vaga de acordo com a natureza da medida imposta, independente da separação entre vagas femininas e masculinas.

48. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, não é crime praticado contra criança e adolescente:

- (A) Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
- (B) Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual.
- (C) Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público.
- (D) Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- (E) Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.

49. Constitui infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90), exceto:

- (A) Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo.
- (B) Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.
- (C) Exibir filme, trailer, peça, amostra ou congêneres classificados pelo órgão competente como inadequados às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo.
- (D) Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido.
- (E) Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

50. Não faz parte dos princípios da Central de Vagas:

- (A) Dignidade da pessoa humana.
- (B) Lentidão e habitualidade da medida socioeducativa.
- (C) Prioridade absoluta da criança e ao adolescente.
- (D) Convivência familiar e comunitária.
- (E) Temporalidade da medida socioeducativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Diante de um paciente que questiona a ausência de informações relevantes em seu prontuário, o técnico de enfermagem, segundo o Código de Deontologia da Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017), deve:

- (A) informar imediatamente ao enfermeiro responsável, contribuindo para a retificação e a transparência documental.
- (B) reconhecer a omissão de dados como legítima estratégia para preservar a imagem institucional.
- (C) registrar as informações omitidas apenas se receber autorização prévia do responsável legal do serviço.
- (D) preservar a omissão para evitar conflitos com a equipe multiprofissional, mantendo sigilo sobre o fato.
- (E) inserir as informações faltantes no prontuário sem comunicar aos demais profissionais, visando acelerar o processo.

52. Na efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), o técnico de enfermagem deve aplicar abordagens que promovam cuidado integral ao adolescente. Marque a opção que melhor representa uma conduta alinhada a essas diretrizes.

- (A) Priorizar ações restritivas e manter a comunicação de informações clínicas apenas com a autoridade judiciária.
- (B) Limitar a atenção psicossocial aos casos de dependência química grave e restringir visitas familiares em período de internação.
- (C) Adotar intervenções punitivas, focalizando o isolamento do adolescente como forma de controle comportamental.
- (D) Executar procedimentos de rotina sem considerar avaliação multiprofissional ou aspectos de vulnerabilidade social.
- (E) Assegurar sigilo e vínculo terapêutico, articulando ações intersectoriais com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

53. Um adolescente de 15 anos, sem histórico vacinal documentado, comparece à unidade de saúde para atualizar seu esquema de imunização. Com base nas orientações mais atuais do Ministério da Saúde sobre o Calendário de Vacinação do Adolescente, marque a opção correta.

- (A) A vacina HPV quadrivalente deve ser administrada em 3 doses, em qualquer faixa etária, nos intervalos de 0, 2 e 6 meses.
- (B) A vacina dTpa (difteria, tétano e pertussis acelular) é restrita a gestantes, não sendo ofertada como rotina para adolescentes.
- (C) A vacina Meningocócica ACWY pode ser aplicada em dose única, com reforço aos 16 anos, se o adolescente não foi vacinado anteriormente.
- (D) A vacina Influenza é exclusiva para grupos de risco, não havendo recomendação para adolescentes saudáveis.
- (E) A vacina contra Hepatite B não se faz necessária, pois os anticorpos maternos conferem proteção até a vida adulta.

54. Diante da necessidade de administrar antibióticos e antifúngicos endovenosos em pacientes com alto risco de infecção, analise as recomendações de preparo, reconstituição, compatibilidade e monitoramento, e marque a opção correta de acordo com as melhores práticas atuais.

- (A) Observar a filtração adequada, além de avaliar sinais de extravasamento e reações adversas durante todo o período de infusão.
- (B) Manter o frasco-ampola aberto em temperatura ambiente por até 24 horas, desde que mantida a integridade do lacre.
- (C) Administrar o medicamento misturando diferentes classes no mesmo frasco, se respeitado o volume total prescrito.
- (D) Priorizar a via endovenosa periférica, ainda que o tempo de infusão exceda 12 horas consecutivas e haja risco de flebite.
- (E) Compatibilizar o antibiótico apenas com soro glicosado a 5%, sem necessidade de verificar outras interações com drogas ou soluções.

55. No contexto da assistência ao paciente, envolvendo a verificação de sinais vitais, a coleta de glicemia capilar e a realização de medidas antropométricas, assinale a opção correta, considerando as mais recentes recomendações científicas.

- (A) A aferição da pressão arterial deve ocorrer após repouso mínimo de cinco minutos, com uso de manguito cuja largura corresponda a 80% do perímetro do braço.
- (B) A punção digital para glicemia capilar deve ser realizada preferencialmente na parte central da polpa do dedo, para obter maior fluxo sanguíneo.
- (C) A verificação do peso corporal exige jejum de pelo menos 8 horas, a fim de evitar variações artificiais na balança.
- (D) A circunferência abdominal deve ser mensurada no ponto médio entre a margem inferior da última costela e a crista ilíaca anterossuperior.
- (E) A frequência respiratória deve ser contada durante 30 segundos, multiplicando-se o resultado por 4 para obtenção do valor por minuto.

56. Considerando as evidências mais recentes e as boas práticas de nebulização em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) durante exacerbação aguda, marque a opção correta.

- (A) Permitir que o paciente permaneça em decúbito dorsal ao longo de toda a nebulização, garantindo fluxo de oxigênio superior a 10 L/min para aumentar a deposição pulmonar do fármaco.
- (B) Utilizar nebulização contínua com soluções hipertônicas, dispensando higienização do kit quando destinado ao mesmo paciente, a fim de reduzir o risco de contaminação cruzada.
- (C) Aplicar a terapia por nebulização apenas na presença de soro fisiológico a 0,45%, pois soluções isotônicas podem ocasionar hipersecreção, agravando a obstrução das vias aéreas.
- (D) Optar sempre pelo nebulizador ultrassônico em crises de DPOC, pois não há necessidade de controle do fluxo de ar comprimido e a partícula gerada é homogênea, isentando o paciente de possíveis infecções.
- (E) Manter o paciente em posição confortável (Fowler ou semi-Fowler), com fluxo de nebulização em torno de 6 a 8 L/min, higienizando adequadamente o conjunto de nebulização antes e após cada uso para prevenção de contaminações.

57. Durante a coleta de sangue venoso em um paciente adulto para múltiplos exames, é fundamental adotar condutas que garantam a segurança do paciente e a qualidade das amostras. Marque a opção correta, considerando as orientações atuais sobre boas práticas em coleta laboratorial.

- (A) Manter o garrote por até 3 minutos e trocar a agulha ao mudar de tubo, evitando contaminação cruzada.
- (B) Realizar antisepsia com álcool 70%, aguardar a secagem espontânea e seguir a ordem de coleta: tubo para hemocultura, tubo com citrato, tubo sem aditivo, heparina, EDTA e, por fim, fluoreto.
- (C) Colher inicialmente o tubo com EDTA para o hemograma e rotular as amostras somente após a saída do paciente.
- (D) Inverter vigorosamente os tubos anticoagulados de 8 a 10 vezes para homogeneizar, prevenindo microcoágulos.
- (E) Etiquetar previamente todos os tubos no posto de enfermagem, agilizando o processo e evitando divergências na identificação.

58. Diante de um paciente com edema localizado em fase inflamatória aguda e queixa de dores musculares recorrentes em região distinta, o técnico de enfermagem deve realizar a aplicação de frio e calor de forma segura. Com base nisso, aponte a opção correta.

- (A) Priorizar calor contínuo por mais de 30 minutos em tecido inflamado agudamente, visando dissipar o edema.
- (B) Utilizar calor seco sobre lesões cutâneas recentes, acelerando a epitelização sem risco de hiperemia excessiva.
- (C) Aplicar compressas geladas a 0 °C por tempo prolongado, mesmo quando o paciente apresenta sensibilidade reduzida.
- (D) Empregar frio de modo intermitente para reduzir o processo inflamatório inicial e minimizar a dor local.
- (E) Combinar simultaneamente calor e frio no mesmo local, sem intervalos, para acelerar a resposta circulatória.

59. Durante a realização de um curativo simples em uma ferida cirúrgica com drenagem serossanguinolenta em cicatrização por segunda intenção, a ação correta é:

- (A) utilizar solução de cloreto de sódio 0,9% gelado diretamente no leito da ferida, reaproveitando o mesmo campo estéril, trocando a gaze apenas ao final da limpeza de toda a área.
- (B) aplicar PVPI alcoólico na pele perilesional, iniciando a antisepsia no ponto mais contaminado, sem troca de pinça entre as passadas de gaze, para evitar contaminação cruzada.
- (C) priorizar higiene das mãos antes e após o procedimento, limpar a lesão com solução fisiológica aquecida em movimentos unidirecionais do centro para a periferia, trocando a gaze a cada passagem, finalizando com cobertura estéril apropriada.
- (D) manter a ferida descoberta por 24 horas para ventilação, aplicando cobertura somente após visualização de tecido de granulação exuberante, sem uso de antisséptico na região.
- (E) realizar limpeza vigorosa com gluconato de clorexidina 4% não aquecido, reaproveitando gazes até saturá-las, procedendo com curativo oclusivo de troca a cada 72 horas.

60. Considerando os protocolos recentes sobre limpeza e desinfecção de superfícies em serviços de saúde, principalmente em ambientes críticos que demandam maior rigor no controle de infecções, analise as afirmações a seguir e marque a opção correta.

- (A) A adoção do procedimento em duas etapas — limpeza criteriosa seguida de desinfecção — reduz a biocarga e elimina microrganismos, exigindo respeito ao tempo de contato.
- (B) A limpeza concorrente prescinde de remoção prévia de matéria orgânica, pois agentes à base de cloro compensam a presença de sujidade.
- (C) A desinfecção terminal exige aplicação de desinfetante de alto nível em todas as superfícies, independentemente do tipo de contato com fluidos.
- (D) Para superfícies não críticas, a utilização de detergente enzimático com fricção mecânica substitui plenamente a desinfecção, desde que a equipe use EPIs.
- (E) O uso de quaternário de amônio em superfícies dispensa a limpeza prévia e requer apenas 1 minuto de contato para eficácia total.

61. Em paciente diabético em uso de metformina, com evidências de função renal reduzida e indicação de tomografia computadorizada contrastada, analise as medidas de preparo e encaminhamento que o técnico de enfermagem deve conhecer e marque a opção correta.

- (A) Confirmar jejum de 4 horas, manter metformina, estimular hidratação oral e monitorar glicemia com maior frequência.
- (B) Permitir ingestão líquida até 1 hora antes, checar glicemia capilar somente após a administração do contraste e prosseguir com metformina após o exame.
- (C) Iniciar antibioticoterapia profilática, restringir líquidos por 8 horas e retomar metformina imediatamente após o procedimento contrastado.
- (D) O paciente deve ter sua creatinina prévia verificada, a metformina suspensa 24 horas antes, hidratação parenteral e, após confirmação, registrar no prontuário.
- (E) Manter jejum de 12 horas para todos os pacientes, independentemente do risco renal, e suspender qualquer medicação oral apenas no dia do exame.

62. Ao revisar o prontuário eletrônico de um paciente com internação prolongada, a equipe de auditoria constatou divergências entre os registros diários de enfermagem e as fichas de administração de medicações. Marque a opção correta, considerando as normas vigentes do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) para registros de enfermagem no Brasil.

- (A) O uso de corretivo químico é permitido desde que a rasura seja visível, garantindo rastreabilidade do profissional.
- (B) A identificação do profissional com assinatura e número de registro deve ser registrada apenas na evolução de enfermagem.
- (C) O registro deve ser objetivo, sequencial no tempo e conter dados essenciais, sem a necessidade de padronização terminológica.
- (D) A anotação retrospectiva, realizada em período posterior ao atendimento, é válida apenas se houver autorização prévia do enfermeiro responsável.
- (E) A comunicação eletrônica, quando utilizada, requer salvaguarda de sigilo, identificação do profissional e integridade dos dados registrados.

63. Um paciente de 65 anos, hipertenso e em uso crônico de anticoagulantes, submetido à colecistectomia videolaparoscópica, encontra-se no primeiro dia de pós-operatório. Analise as condutas de enfermagem abaixo e marque a opção correta sobre a assistência para prevenir complicações e promover recuperação segura.

- (A) Manter jejum absoluto até o segundo dia pós-operatório para evitar deiscência de sutura.
- (B) Suspender a deambulação precoce e priorizar repouso absoluto nas primeiras 48 horas.
- (C) Monitorar parâmetros de coagulação e sinais de sangramento; incentivar respiração profunda e deambulação precoce.
- (D) Instalar dreno de sucção em todas as cirurgias videolaparoscópicas, independentemente da avaliação médica.
- (E) Substituir a analgesia prescrita pela analgesia não farmacológica, evitando interações medicamentosas em pacientes hipertensos.

64. Considere uma unidade de atenção primária à saúde que implementou o Tratamento Diretamente Observado (TDO) para pacientes diagnosticados com tuberculose. Observe, porém, que alguns usuários referem desconforto com a rotina de observação diária, apresentando risco de abandono do tratamento. Indique a alternativa correta sobre a ação do técnico de enfermagem, visando melhorar a adesão ao TDO.

- (A) Estabelecer visitas domiciliares eventuais, restringindo o diálogo sobre os efeitos adversos apenas se o paciente solicitar.
- (B) Centralizar o acompanhamento no profissional médico, sem envolver a equipe multiprofissional, para evitar conflitos de orientação.
- (C) Incentivar o uso de fichas de controle, sem fornecer instruções claras sobre posologia e sinais de alerta, para preservar a autonomia do paciente.
- (D) Promover vínculo por meio de educação em saúde, adaptando estratégias de observação conforme necessidades individuais, e registrar sistematicamente as doses observadas.
- (E) Orientar o paciente a flexibilizar o horário de tomada dos medicamentos, priorizando apenas a conveniência do serviço, independentemente das demandas sociais.

65. Considerando as evidências mais atuais sobre a atenção à saúde sexual e reprodutiva, especialmente no manejo da gravidez na adolescência, em conformidade com as recomendações do Ministério da Saúde, aponte a opção correta que orienta a prática da Enfermagem.

- (A) Focar em exames laboratoriais de triagem e protelar o aconselhamento sobre métodos contraceptivos, garantindo adesão ao pré-natal.
- (B) Estimular vínculo confidencial, escuta qualificada e articulação com serviços de saúde mental, reduzindo riscos psicossociais.
- (C) Iniciar suplementação de micronutrientes apenas em adolescentes com déficit de crescimento, pois o risco nutricional é mínimo na adolescência.
- (D) Restringir a inclusão familiar nas consultas para evitar conflitos emocionais que prejudiquem a relação profissional-paciente.
- (E) Adiar o rastreio de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) até o segundo trimestre, devido à baixa prevalência de exposição no período inicial.

66. Em uma Unidade de Saúde Mental, um paciente de 29 anos, com histórico de consumo abusivo de álcool e crack, apresenta resistência em aderir às orientações de redução de danos. Assinale a opção correta que descreve a prática profissional voltada à prevenção e ao cuidado integral desse usuário.

- (A) Orientar interrupção imediata do consumo, focando exclusivamente na abstinência, mesmo que o paciente não demonstre motivação.
- (B) Incentivar o monitoramento ambulatorial compartilhado com a Estratégia de Saúde da Família, priorizando a abordagem familiar e o fortalecimento de vínculos sociais.
- (C) Ressaltar a necessidade de isolamento do paciente em serviço de internação involuntária, assegurando proteção e sigilo de todo o processo terapêutico.
- (D) Limitar as ações apenas à administração de medicação psiquiátrica, responsabilizando o paciente por seu engajamento no tratamento.
- (E) Redirecionar o caso para serviços especializados de alta complexidade sem envolvimento com a Rede de Atenção Psicossocial, objetivando diagnóstico mais aprofundado.

67. À luz das diretrizes nacionais voltadas à promoção de uma cultura de paz e à prevenção de diferentes formas de violências no âmbito da Atenção Básica, assinale a opção correta que orienta a atuação do técnico de enfermagem, considerando o fortalecimento da rede intersetorial e a redução de danos às vítimas.

- (A) Deve-se priorizar a assistência apenas aos agravos visíveis, pois o preenchimento de fichas de notificação compulsória restringe-se a lesões físicas de caráter urgente.
- (B) A adoção de protocolos de biossegurança descarta o uso de avaliação multiprofissional, já que a proteção do profissional se sobrepõe à abordagem intersetorial.
- (C) A avaliação do contexto de vulnerabilidade, aliada à notificação sistemática dos casos e ao encaminhamento multiprofissional, integra o manejo integral das vítimas de violência.
- (D) O aconselhamento centrado no histórico subjetivo do paciente dispensa registros em prontuário e notificação, por ser matéria de ética e privacidade profissional.
- (E) A elaboração de planos de cuidado deve restringir-se à esfera hospitalar, prescindindo de articulação com redes de proteção social e serviços de saúde mental.

68. Em um hospital de grande porte, a equipe de enfermagem identificou divergências no acondicionamento de resíduos químicos e biológicos. Com isso em mente, identifique o item correto sobre o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, segundo a RDC Anvisa nº 222/2018 e demais legislações.

- (A) O armazenamento transitório de resíduos infectantes por até 72 horas em área refrigerada é facultativo, pois a legislação permite estocagem prolongada a temperatura ambiente.
- (B) Os resíduos de produtos químicos controlados devem ser mantidos em recipientes secundários estanques, com identificação específica, respeitando-se a compatibilidade entre os reagentes.
- (C) As agulhas usadas podem ser descarregadas em coletores rígidos ou sacos brancos, desde que devidamente selados, pois não exigem separação de resíduos perfurocortantes.
- (D) O descarte de resíduos radioativos em sistemas de esgoto é permitido quando liberados por decaimento natural em 24 horas, sem necessidade de controle de traçabilidade.
- (E) Os resíduos do Grupo A, quando submetidos a processo de autoclavagem, podem ser dispostos diretamente no lixo comum, dispensando segregação prévia e registro de validação.

69. Diante de um acidente ocupacional com agulha contaminada por sangue de paciente com sorologia desconhecida para HIV, e considerando as recomendações acerca da profilaxia pós-exposição (PEP), marque a opção correta sobre a conduta inicial.

- (A) Adotar PEP com tenofovir/lamivudina (TDF/3TC) e dolutegravir iniciada em até 72 horas, manter por 28 dias, verificar status vacinal para hepatite B e repetir sorologias em 30, 90 e 180 dias.
- (B) Instituir PEP somente quando o status HIV do paciente-fonte for positivamente confirmado, após realização de testes de anticorpos anti-HIV e carga viral.
- (C) Iniciar esquema lopinavir/ritonavir associado a efavirenz para exposições fora do intervalo de 72 horas, com duração de 14 dias.
- (D) Aplicar imunoglobulina anti-HIV para trabalhadores não vacinados contra hepatite B em até 2 horas, associada a TDF/3TC e zidovudina (AZT).
- (E) Interromper toda PEP se o teste rápido inicial do profissional de saúde exposto for não reagente para HIV.

70. Em meio à persistência da pandemia de Covid-19, as equipes da Atenção Básica devem operar de forma integrada para garantir a identificação precoce de sinais de agravamento. Marque a opção que melhor sintetiza a abordagem recomendada segundo as evidências atuais e as diretrizes brasileiras.

- (A) Realizar triagem exclusiva de sintomas respiratórios e encaminhar imediatamente todos os casos suspeitos para Unidade de Pronto Atendimento, sem estabelecer monitoramento domiciliar.
- (B) Aplicar avaliação clínica e epidemiológica com escalas de risco, orientando o isolamento domiciliar e o encaminhamento imediato para hospitalização mesmo na ausência de sinais de agravamento.
- (C) Efetuar monitoramento domiciliar apenas para pacientes sintomáticos, sem integrar ações de educação em saúde e sem utilização de protocolos de risco padronizados.
- (D) Promover visitas domiciliares a todos os pacientes com Covid-19, independentemente do perfil de risco, e encaminhar para serviços hospitalares somente após a manifestação de deterioração clínica evidente.
- (E) Implementar a avaliação integrada por meio de triagem clínica e epidemiológica, telemonitoramento regular, educação em saúde para o autocuidado e acionamento criterioso de protocolos de encaminhamento conforme sinais de agravamento.

PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova de redação.
- A prova de redação consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, com base em temas formulados pela Banca Examinadora, dos quais o candidato escolherá apenas 1 (um) sobre o qual deverá elaborar seu texto.

Recentemente, duas leis foram sancionadas, suscitando grandes debates sociais: a Lei 14.811/2024 que criminaliza o *bullying* e o *cyberbullying* no Brasil e a Lei 15.100/2025 que veta o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante aulas, recreios e intervalos em todas as etapas da educação básica brasileira. Diante das discussões que ambas as leis acarretaram, leia os textos motivadores a seguir e escolha uma das propostas (Tema 1 ou 2) para redigir um texto dissertativo-argumentativo, em no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

PROPOSTA I

TEXTOS MOTIVADORES

Texto I

SANCIONADA LEI QUE CRIMINALIZA *BULLYING* E AMPLIA PUNIÇÃO PARA CRIME CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Foi sancionada a Lei 14.811/2024 que estabelece medidas para reforçar a proteção de crianças e adolescentes contra a violência, principalmente nos ambientes educacionais. A nova legislação criminaliza, por exemplo, as práticas de *bullying* e *cyberbullying*, transformando também em crimes hediondos vários atos cometidos contra crianças e adolescentes.

A norma inclui a tipificação das duas práticas no Código Penal. *Bullying* (intimidação sistemática) é definido como “intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação, ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais”. A pena é de multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Já o *cyberbullying* é classificado como intimidação sistemática por meio virtual. Se for realizado por meio da Internet, rede social, aplicativos, jogos on-line ou transmitida em tempo real, a pena será de reclusão de dois a quatro anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

A Lei 13.185, de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, já prevê a figura do *bullying*, mas não estabelecia punição específica para esse tipo de conduta, apenas obrigava escolas, clubes e agremiações recreativas a assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/15/sancionada-lei-que-criminaliza-bullying-e-amplia-punicao-para-crime-contra-crianca>.
Acesso em: 15 fev. 2025.

Texto II

VOCÊ NUNCA SABE O QUE SE PASSA ATRÁS DA TELA

Não se esconda nela para fazer mal a alguém



Disponível em: <https://www.facebook.com/governadorio/photos/a.10150100100236029/10157484667866029/?type=3>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 1

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Medidas para o combate ao bullying nas escolas brasileiras**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

PROPOSTA II

TEXTOS MOTIVADORES

Texto I

SANCIONADA LEI QUE PROÍBE O USO DE CELULAR EM ESCOLAS

Proibição vale para educação infantil e ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares

O presidente da República sancionou a Lei 15.100/25 que proíbe alunos de usarem telefone celular e outros aparelhos eletrônicos portáteis em escolas públicas e particulares, inclusive no recreio e intervalo entre as aulas. A proibição vale para a educação infantil e os ensinos fundamental e médio.

Fica permitido usar o celular em situações de estado de perigo, de necessidade ou caso de força maior; para garantir direitos fundamentais; para fins estritamente pedagógicos; e para garantir acessibilidade, inclusão, e atender às condições de saúde dos estudantes.

A nova lei determina que as escolas elaborem estratégias para tratar da saúde mental dos alunos da educação básica, apresentando a eles informações sobre riscos, sinais e prevenção do sofrimento psíquico, incluindo o uso imoderado dos celulares.

As redes de ensino também deverão oferecer treinamentos periódicos para detecção, prevenção e abordagem de sinais sugestivos de sofrimento mental, e efeitos danosos do uso excessivo das telas e aparelhos celulares.

Os estabelecimentos de ensino deverão disponibilizar ainda espaços de escuta e acolhimento para receber alunos e funcionários que estejam em sofrimento psíquico, principalmente decorrente do uso imoderado de telas.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1126717-sancionada-lei-que-proibe-o-uso-de-celular-em-escolas/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Texto II



Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/24689-tirinhas-26-4>. Acesso em: 16 fev. 2025.

PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 2

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A importância da regulamentação do uso de telas em ambiente escolar**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

